

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FÀTIMA

- Gestão - 2022 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°001/2022 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre Regulamentação do Departamento de Controle Interno, criação de cargos, abertura e vagas, fixação de remuneração dos servidores efetivos e comissionados, contratados e autorização para contratação de pessoal por prazo determinado e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA:

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE FÁTIMA**, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu Presidente promulgo a seguinte Resolução:

Art. 01° Regulamenta normas no Departamento de Controle Interno da Câmara Municipal de Fátima/TO., sendo um órgão vinculado a mesa diretora da Câmara Municipal, onde possui o função de aplicar um plano da organização, utilizando todos os métodos e medidas coordenadas adotados pela legislação aplicada a espécie para salvaguardar as aplicações de recursos públicos, verificar a adequação e confiabilidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e estimular o respeito e obediência às políticas administrativas fixadas pela gestão., sendo uma unidade administrativa para integrar os procedimentos de controle e fiscalização e ainda consolidar as informações de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, com a finalidade de atestar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência e a eficácia dos programas de desembolso

Art. 02° Regulamenta o cargo comissionado de Agente de Controle Interno, com símbolo DAC-01, sendo cargo de livre nomeação e exoneração, possuindo entre outras atribuições para o funcionamento e cumprimento do Art.1º desta Resolução, as seguintes:

§1°.contribuir com a melhoria dos serviços e controles da Câmara Municipal de Fátima/TO., tornando esses serviços mais eficazes por meio da implantação de sistemas de controle interno.

§2°. realizar a análise de prestação de contas dos gastos da Câmara, conferindo se os gastos dos recursos estão de acordo com as diretrizes aprovadas em Lei, autorizando ou não a sua continuidade, auditar as receitas e despesas para o cumprimento das metas fiscais.

- §3°. apurar os atos ou fatos inadequados ou ilegais ou de irregularidades, inclusive os decorrentes de denúncias, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos e, quando for o caso, recomendar às autoridades competentes para que tomem as providências cabíveis.
- § 4°. fiscalizar os atos de quaisquer agentes responsáveis por bens ou dinheiro público dar cumprimento às metas e funções definidas na lei que a criou, priorizando a fiscalização dos atos dos órgãos da Câmara.
- § 5°. cabe ainda ao Departamento de Controle Interno e ao Agente de Controle Interno, fiscalizar desde o consumo de combustível, processos licitatórios, RH, patrimônio, o Portal da Transparência, bem como garantir que qualquer cidadão tenha o livre acesso à informação pública, coordenar a transição do mandato, assegurando a ordem e a legalidade na transmissão, bem como que as informações passadas à equipe do gestor que estará assumindo estejam de acordo com a realidade.
- Art. 03° Cria o cargo comissionado de Assessor Parlamentar, com símbolo DAC-01, sendo cargo de livre nomeação e exoneração, e regulamenta as atribuições à assistência do Gabinete da Presidência e a Mesa Diretora, e ainda as seguintes funções:
- §1°. Assistir o Presidente nas ações legislativas, acompanhar em deslocamentos fora da sede do município, promover ainda assistência e assessoramento direto e exclusivo no Gabinete do Presidente e da Mesa Diretora.
- Art. 04°. Fica autorizada Câmara Municipal de Fátima a promover contratação de servidor por prazo determinado para atender suas demandas observando a supremacia do interesse publico para as funções de vigia para o exercício de 2022, em caráter de excepcionalidade conforme preconiza Art. 37, IX da CF/88, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.
- Art. 05°. Fica estabelecido para o exercício de 2022 os valores das remunerações conforme os cargos e sua forma de acesso, de acordo com a Tabela I, do Anexo Único deste Projeto de Resolução em atendimento as necessidades do Poder Legislativo Municipal, visando assegurar a eficácia e a eficiência dos serviços Públicos, conforme segue.
- Art.06°. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos à 02 de janeiro de 2022.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Fátima-TO., ao 01 dia do mês de fevereiro de 2022.

er joag lopes de Souza Presidente da Câmara



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE FÀTIMA

- Gestão - 2022 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°001/2022 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022.

Anexo Único

<u>Tabela I</u>

Cargos	Símbolo	Quant.	Valor R\$	Provimento
Agente de Controle Interno	DAC-1	01	R\$1.212,00	Comissão
Vigia	CE-01	02	R\$1.212,00 + Adicional Noturno	Contrato Especial
Assessor parlamentar	DAC-01	01	R\$1.212,00	Comissão
Escriturário	N-02	01	2.424,00	Efetivo
ASG	CPE-01	02	R\$1.212,00	Efetivo

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Fátima-TO., ao 01 dia do mês de fevereiro de 2022.

Ver. João Lopes de Souza Presidente da Câmara





Parecer 001/2022

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E COMISSÃO DE ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE emitem seus pareceres sobre o Projeto de Resolução: 001/2022 de 07 de fevereiro de 2022.

AUTORIA: Poder Legislativo Municipal

"ASSUNTO: "Dispõe sobre regulamentação do Departamento de Controle Interno, criação de cargos, abertura e vagas, fixação de renumeração dos servidores efetivos e comissionados, contratados e autorização para contratação de pessoal por prazo determinado e dá outras providencias.

I – DO RECEBIMENTO DA MATERIA:

Com base no Art. 25, VI "b" do Regimento Interno desta Câmara Municipal, seu Presidente no cumprimento do mesmo, encaminhou aos presidentes das comissões competentes, o Projeto Resolução nº 001/2022 de autoria do Poder Legislativo Municipal. ASSUNTO: Dispõe sobre regulamentação do Departamento de Controle Interno, criação de cargos, abertura e vagas, fixação de renumeração dos servidores efetivos e comissionados, contratados e autorização para contratação de pessoal por prazo determinado e dá outras providencias. Fim de ser apreciado e emitido Parecer para votação em Plenário.

Deste modo, em cumprimento ao que preconiza o Art. 106 do Regimento da Casa, seus membros, se reuniram e procedera a leitura do Projeto supramencionado.

II - DA CONCLUSÃO:

Inicialmente observando projeto em estudo verificamos que o mesmo atende aos princípios constitucionais e legais, em razão da sua totalidade, Por essa razão manifestamos pela provação do parecer 001/2022 das comissões de constituição, justiça e redação e comissão de orçamento finanças e contabilidade

Sala das comissões da Câmara Municipal de Fátima – TO aos oito (08) dias do mês de fevereiro de 2022

Comissão de Constituição, Justiça e redação

APROVADO 3º SESSÃO

obship)

latal Mendes Ferreira Luzilete Pinheiro Piagem e Silva Vice- Presidente

Verª Rosiene Pereira da Costa Barros

Relator

Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade

- Presidente

- presidente

Ver. Raimundo da Silva Neto

Vice - Presidente

icas Rafael Barros Feitosa

Relator